

## ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Guacira Lopes Louro  
Faculdade de Educação da UFRGS

### RESUMO

O trabalho analisa a evolução da educação brasileira desde a chegada dos portugueses até os dias atuais. A análise entende a educação como elemento superestrutural, ou seja, vinculada à base econômica da sociedade. Assim, descreve-se, de modo sintético, as diferentes fases da formação econômico-social do Brasil e as características apresentadas pela educação, acentuando-se suas ligações com a sociedade global e interpretando as funções políticas que assumiu.

Pretende-se construir uma síntese que sirva como quadro referencial para estudos históricos mais profundos sobre a educação brasileira, bem como para uma atuação mais crítica dos educadores atuais.

A quem pode interessar uma análise sobre a história da educação brasileira? Envolvidos nas especializações de suas atividades, os profissionais da educação acabam sofrendo do mesmo mal que afeta outras áreas: tornam-se excelentes conhecedores de um setor específico e esquecem o contexto mais amplo do qual esse setor é apenas uma parte.

Assim, se este comportamento pode ser grave num médico, por exemplo, parece-nos que é igualmente indesculpável no educador. O desconhecimento da globalidade social, política, econômica, onde a educação é realizada só poderá levar a uma atividade profissional alienada e descomprometida com o real; portanto, ainda que tecnicamente "eficiente", esta atuação tenderá a ser reacionária, ou seja, anti-histórica.

---

Adaptação de trabalho apresentado no Curso de Doutorado em Filosofia e História da Educação da UNICAMP, para a disciplina *Evolução da Educação Brasileira*, coordenada pelo Professor Dermeval Saviani.

Na tentativa de provocar reflexões sobre a educação brasileira e consequentemente sobre os papéis assumidos pelos seus profissionais, apresentamos uma visão sintética da evolução da educação no nosso país. Este trabalho, como resultante da análise de textos de alguns estudiosos da realidade brasileira e de discussões no curso de pós-graduação que desenvolvemos, deverá exigir complementações ou mesmo alterações por parte dos leitores. Outro não é nosso objetivo senão esse: oferecer um estímulo ao questionamento e discussão da história da educação brasileira por aqueles que dela são partes integrantes.

Como apoio metodológico é importante que coloquemos que a educação é vista aqui como elemento superestrutural, observada, pois, vinculada à estrutura econômica da sociedade brasileira. Daí porque todo o trabalho busca explicar e estabelecer ligações entre a educação e as diferentes fases da formação econômico social, com o cuidado, contudo, de evitar uma posição mecanicista, de determinismo econômico.

Consideramos que o desenvolvimento político, jurídico, artístico, educacional apoia-se no desenvolvimento econômico, mas também que cada um desses elementos repercute sobre os outros e sobre a base econômica da sociedade, caracterizando uma relação dialética entre base e superestrutura (ainda que a necessidade econômica se imponha em última instância).

Outro ponto básico para as análises que seguem é a distinção entre movimentos orgânicos e movimentos de conjuntura. Movimentos orgânicos seriam os “relativamente permanentes”, cuja observação leva à crítica histórico-social, enquanto que os de conjuntura referem-se ao mais imediato, episódico, ocasional, tendo menor alcance histórico e conduzindo a descrições das tramas dos acontecimentos, personagens. (Gramsci, 1976, p. 45).

Neste enfoque (conjuntural) é que é feita a maioria dos trabalhos em história. Daí porque os nomes de personagens, os fatos políticos, as datas dos acontecimentos específicos são sempre muito salientados. (O que frequentemente é também causa de se considerar a história uma disciplina de memorização, não pouco apreciada pelos estudantes). Isso parece indicar que não é simples aplicar estes conceitos ao estudar determinado período, mas certamente ligar os fatos conjunturais aos movimentos orgânicos permite entendê-los melhor e fazer uma crítica histórica mais consistente. Buscamos estabelecer esta ligação na análise que se segue, ainda que não estejamos certos de tê-lo conseguido sempre.

Como sabemos, o Brasil se organizou, com a chegada dos portugueses, dentro de um modelo de sociedade patriarcal, de economia agrária-exportadora-dependente, com vistas a ser, enquanto Colônia, explorada pela Metrópole. Neste tipo de sociedade a educação não chegava a ser considerada como um valor social importante, mas não deixava de ser utilizada como mecanismo de dominação.

A sociedade brasileira estava, pois, voltada aos interesses do mercado externo; assim, cabia à população colonial fornecer lucros para os dirigentes metropolitanos. Neste contexto, a organização escolar vinculava-se à política de colonização, ou seja, a tarefa educativa (catequese e instrução dos indígenas) deveria auxiliar no processo de dominação da Colônia, pela aculturação dos grupos nativos. Havia, é claro, um grupo dirigente na própria Colônia, que servia como intermediário do grupo dominante externo. Para estes e seus descendentes (a elite colonial) um outro tipo de educação seria oferecido.

Os jesuítas foram os principais educadores de praticamente todo o período colonial (atuaram de 1549 a 1759) e de sua ação educativa resultou que índios e negros foram catequisados, enquanto que os descendentes dos colonizadores foram instruídos. Seus colégios eram, como se sabe, destinados exclusivamente aos meninos, mas estes religiosos não deixavam de ter ascendência moral sobre as mulheres. Isso podia ser notado por sua penetração nas fazendas, onde fortaleciam os ideais de submissão feminina, tanto à Igreja quanto ao marido, reforçavam a aceitação da segregação sexual e a alienação às mudanças culturais. Dentro dessa estrutura, a mulher que recebia alguma forma de educação intencional pertencia à elite colonial e essa educação "restringia-se a boas maneiras e prendas domésticas" (Ribeiro, 1979, p.29). A proposta de estudos mais amplos, completados nos grandes centros europeus (onde estava a civilização, segundo o modelo vigente) era destinada apenas aos meninos.

Algumas alterações vai sofrer esta sociedade com a vinda da família real e o processo de independização política. Do ponto de vista educacional, em 1759 são expulsos os jesuítas e pelas reformas de Pombal tenta-se secularizar a educação, no sentido de que ela seja feita pelo Estado, embora note-se uma desorganização substituindo o controlado e organizado sistema jesuíta.

Como a expansão dos mercados, o desenvolvimento do capital industrial, o aumento da produção são processos incompatíveis com a manutenção dos monopólios e privilégios do colonialismo, eles levaram, pois, à crise deste sistema, bem como à do próprio estado absolutista (Viotti, 1979). Neste contexto circularam as idéias liberais (tanto no que se refere ao liberalismo econômico, como à defesa da soberania do povo, liberdade religiosa, etc.). No Brasil, tais idéias não foram adotadas por uma burguesia ativa (aqui inexistente), mas pelas camadas, senhoriais rurais que queriam basicamente a liberdade de comércio. Seu comportamento portanto, pouco poderia ter de revolucionário, já que não buscavam alterações no modo de produção e temiam profundamente a mobilização das massas. Assim, no Brasil, o latifúndio, a escravidão, a conciliação com a Igreja deram um caráter peculiar ao liberalismo, que teve, acima de tudo, uma característica de anticolonialismo e antiportuguesismo.

A Independência, então, foi feita "sem desordens", reunindo em torno da figura de D. Pedro I diferentes estratos da população, com aspirações tam-

bém diferentes para o movimento.

Mudanças conjunturais se dão durante esta fase independente, mas as estruturas socio-econômicas da sociedade não se alteram profundamente e não chegam a provocar conflitos sociais maiores. Uma minoria privilegiada concentra o poder. Diz E. Viotti que o sistema de clientela (vindo já do período colonial) "mascarava as tensões de classe e antagonismos raciais" e como resultante desse processo perpetuaram-se "valores tradicionais elitistas, antidemocráticos e autoritários (...) estruturas de mando que implicavam na marginalização de amplos setores da população" (1979, p.13).

Por volta de 1870, o País vive o seu período de "iluminismo", com uma certa modernização da estrutura econômica, que passa de um modelo agrário exportador para um urbano comercial exportador. É a época da expansão cafeeira.

Os "barões do café" vão constituir a oligarquia dominante da I República. Este é um setor mais "modernizado" e junto com ele já começa a aparecer um certo predomínio do urbano sobre o rural e o desenvolvimento da indústria. Daí o surgimento de uma burguesia industrial e um proletariado urbano, dando nova configuração à sociedade brasileira. Este é o período também da imigração estrangeira no País.

Nesta fase da República Velha, principalmente a partir da I Grande Guerra, dentro de uma tendência nacionalista e da busca de uma melhor imagem do Brasil no exterior, aparece a preocupação em combater o analfabetismo, visto como o maior mal do País. Predomina a idéia de que solucionando o problema educacional todos os demais problemas estariam praticamente resolvidos, e o objetivo é então a expansão quantitativa dos sistemas educacionais vigentes. Vanilda Paiva (1973) chama a essa tendência de "entusiasmo pela educação". Uma implicação política presente nesta mentalidade é a de ampliação do contingente eleitoral, buscada principalmente pelo setor em ascensão (industrial-urbano), que deseja abalar a forte hegemonia do grupo agrário, pela educação (alfabetização) de maior número de pessoas.

Devido também ao aparecimento de escolas "estrangeiras" (nos centros de concentração de imigrantes), o Estado se preocupa em criar e prover escolas públicas em língua portuguesa. Observa-se ainda nesta fase um avanço das escolas particulares.

Ao analisar o desenvolvimento do industrialismo no Brasil, não podemos deixar de citar a importância da I Guerra, pois, como País dependente de produtos manufaturados estrangeiros, no momento da interrupção das relações comerciais, pelo conflito mundial, o Brasil tem de substituir as importações, o que então vai favorecer a industrialização internamente. Isso vai levar também a um acirramento do conflito social urbano.

Para Fausto (1977), dada a natureza das forças constituintes do estado oligárquico e da própria característica estrutural da sociedade brasileira (agrária),

o proletariado tem pouco peso na fase inicial da I República. Soma-se a isso a repressão do Estado e o seu desinteresse em reconhecer os direitos desta classe, tendo os anarquistas assumido a vanguarda do movimento operário e, por sua posição ideológica, recusado a ação na instância política, o conflito de classes praticamente reduziu-se ao nível econômico. A presença dos imigrantes é também importante fator a ser considerado na composição da classe operária. Em consequência disso, bem como das dificuldades de envolvimento das massas rurais e pequena burguesia urbana no processo de modificação da sociedade, vai ser fácil ao Estado acentuar o isolamento de um proletariado de origem estrangeira.

Neste movimento operário, pontilhado de algumas greves, manifestações e jornais, nota-se a presença da mulher. Jornais anarquistas vão mais longe, defendendo em alguns artigos a emancipação feminina. Importante ainda é a análise que B. Fausto faz da concentração de mulheres na industrial têxtil.

Pela maior mecanização, a força muscular deixa de ser tão importante e passa a ser substituída pela tarefa de vigilância das máquinas e de destreza manual, áreas onde as mulheres são mais úteis. Mas nos setores onde há predominância de mulheres e crianças (têxtil, especialmente) os salários são mais baixos. O trabalho feminino ainda passa a ser visto como um "temível concorrente" pelos homens. Então, se estes vão reivindicar salários iguais para os dois sexos, será justamente para protegerem-se da preferência dos empresários pela contratação de empregadas mulheres. Assim geralmente os próprios grupos operários vão lutar para manter a divisão tradicional do trabalho e a continuação da mulher no lar, como esposa e mãe.

Para Fausto, o movimento operário entra em depressão a partir de 1920 e as contradições da República Velha, dominada pelos barões do café, terão de aparecer através de outros setores (classes médias, tenentes) e encaminhar-se para a queda do sistema oligárquico em 1930.

Do ponto de vista educacional, não há possibilidade de desenvolverem-se nesta época propostas mais progressistas, ligadas às classes populares (que constariam do movimento anarquista, socialista ou comunista), dada a pequena força do setor proletário. Será então a década de 30 a época do escolanovismo, que tem um caráter eminentemente liberal burgues.

Na interpretação de Vanilda Paiva (1973), aparece neste momento uma nova tendência em educação: é o "otimismo pedagógico", que se preocupa mais com a qualidade do sistema de ensino. Corresponde esta tendência ao aparecimento dos primeiros profissionais da educação e que são também os representantes do movimento renovador da Escola Nova. A preocupação maior não seria de expandir a oferta da educação, mas melhorar sua qualidade, em termos de professores, currículos, métodos e técnicas. Há certo afastamento com relação às implicações sociais e políticas da educação, mas, justamente por

pretenderem uma visão neutra (técnica), a maior parte dos profissionais vai reforçar o papel de conservação, pela escola, das estruturas socio-político-econômicas da sociedade brasileira.

Contudo, antes de examinarmos com mais detalhes as tendências da Escola Nova, é importante que façamos algumas colocações sobre a Revolução de 1930, marco usualmente empregado para indicar o início de nova fase na história da república do Brasil, e na qual este movimento educacional se desenvolveu.

Novamente apoiamos nossa análise em Boris Fausto (1981), que entende esta não como uma revolução de classes médias ou um golpe da burguesia industrial, mas como uma conjugação de diferentes setores sociais que irão derubar o sistema oligárquico e instalar uma nova forma de estado no País.

Desde a década de 20 apareciam sinais de que se desequilibrava o sistema oligárquico apoiado no café. Novos setores surgiam (como as classes médias) e os grupos tradicionais não lhes permitiam participar do processo político.

Estes setores se unem então para enfrentar a hegemonia cafeeira e são bastante diferenciados em suas origens e propósitos: parte da classe dominante (desvinculada ou afastada do grupo do café), as classes médias dos grandes centros urbanos (como base de apoio), as massas populares e, com papel de destaque, os tenentes.

Pela própria composição desta "frente" (tão diversificada), depois de 30 nenhum grupo é capaz de assumir o estado e dominar os demais. Forma-se então o que o autor chama de "Estado de Compromisso" — uma espécie de conciliação entre as diversas facções participantes do movimento. Logicamente são salientados os interesses das frações burguesa e média, e o proletariado é controlado. Também pela própria importância que tem na economia do País, não pode ser abandonado o setor cafeeiro. O exército tem o papel de controle deste Estado, mas o tenentismo, enquanto movimento autônomo, dissolve-se.

Não chega a haver a substituição de uma classe por outra no poder e não há uma alteração no modo de produção. Na verdade não havia antagonismos radicais entre a maior parte dos grupos que conduziam o movimento e o setor cafeeiro (mesmo as classes médias estavam inseridas naquele processo produtivo e a indústria era muito ligada ao setor agrário). Assim, essa não chega a ser uma "revolução" e não é a expressão de uma luta de classes.

A partir da segunda fase da república, modifica-se entretanto o tratamento com referência à "questão social". O Estado reformula suas relações com o proletariado, é criado o Ministério de Trabalho, Indústria e Comércio, são estimulados os sindicatos oficiais, buscando controlar politicamente a classe e manipulando-a ideologicamente. A importância do setor não pode, contudo, continuar sendo ignorada.

Numa outra análise da revolução de 30 (De Decca, 1981), é dado maior destaque à participação da classe operária em todo o movimento. O Bloco Operário Camponês (B.O.C.), como partido político legal que expressava o PCB (ilegal), integra a frente de contestação ao sistema oligárquico. Para o BOC, neste momento, a revolução servia como uma etapa necessária a liberação das forças produtivas, uma etapa para um futuro estado sob o controle dos trabalhadores. Evidentemente o projeto político do BOC não servia aos demais setores integrados na revolução, mas sua participação controlada era necessária e útil. Assim, o partido operário participa conformado aos limites e diretrizes do movimento dados pelos tenentes, pelos grupos médios e pelas dissidências oligárquicas. A presença das camadas populares é significativa, soma forças, dá uma certa consistência ideológica ao combate às oligarquias.

Mesmo nesta linha de análise, entretanto, De Decca conclui que não se configura uma luta de classes, pois não há esta percepção por nenhum dos setores participantes. Como o BOC amplia suas frações (além da atuação parlamentar é aglutinador e estimulador das reivindicações operárias), ele passa a ser controlado por todos. Há no País um grande medo do avanço operário e o projeto político desse grupo é silenciado após a tomada do poder em 30.

Até 1937 — implantação do Estado Novo — o País vive um período mais ou menos transitório, quase que se poderia dizer de acomodação das forças políticas. Há radicalizações tanto à direita, quanto à esquerda (Ação Integralista e Aliança Nacional Libertadora) e mais um movimento "revolucionário" (Revolução Constitucionalista de 32); mas em 37 um novo arranjo político se consolida e inicia-se a tendência nacional desenvolvimentista com base na industrialização.

No âmbito educacional é durante esta fase que se cria o Ministério da Educação e Saúde (1930), lança-se o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova (1932) e se procura ampliar as reformas pedagógicas iniciadas na década imediatamente anterior.

O escolanovismo, entretanto, vê o fenômeno educacional desligado de seu contexto social-político e econômico e assim este acaba sendo mais um modelo transplantado de outras áreas culturais (Estados Unidos, Europa).

Como cópia de outros países industrializados, o modelo parecia ser adequado à nova fase do Brasil, mas certamente era mais coerente com as sociedades capitalistas avançadas. Nossa formação econômica-social era diferente e portanto a importação de um esquema pedagógico não poderia corresponder às necessidades brasileiras.

O escolanovismo, ao acentuar os aspectos técnicos, representa um refluxo na importância do âmbito político da educação. O problema educacional passa a ser uma questão escolar e técnica. Sua ênfase é na qualidade, no ensinar bem, mesmo que não a muitos. Pensam os ideólogos do movimento que a escola nova

seria capaz de construir um novo homem, reformar a sociedade. Também como na fase anterior era colocada uma possibilidade de mudança de toda a sociedade a partir de um elemento de sua superestrutura — a escola. Daí frustrarem-se as esperanças dessas mudanças.

• Como lembra M. Luisa Ribeiro (1979), o movimento escolanovista propõe um novo tipo de homem e defende princípios democráticos, ou seja, todos teriam direito a assim se desenvolverem, mas isso é feito numa sociedade classista, "onde são acentuadas as diferenças entre dominador e dominados. Assim, só há condições de se concretizar este ideal de homem para aqueles pertencentes ao grupo dominante.

As diferenças de classe, o aguçamento das divisões sociais que ocorrem nesta fase precisam então ser analisados por verificarmos como aí se inserem as propostas educacionais e toda a legislação e organização escolar que vão se concretizar no País.

Observava-se no Brasil o avanço do setor industrial, inicialmente ligado às crises mundiais e dentro de um modelo de substituição das importações; o proletariado vinha ganhando força e, a partir de 30, já tem de ser considerado enquanto agente político. Concomitantemente vai se verificar o crescimento do papel do Estado na planificação do desenvolvimento nacional, da vida econômica e social do País.

Com Getúlio Vargas há uma combinação dos interesses das classes médias, do proletariado e da burguesia industrial, todos unificados em torno da industrialização. Já apontamos anteriormente, contudo, que os projetos políticos desses setores teriam de ser diferentes, pois, enquanto que para o proletariado a industrialização é uma etapa de um processo, para os outros grupos sociais ele é um fim. Para conseguir essa combinação de interesses no período getulista são criadas condições de participação das classes assalariadas: o salário mínimo, a CLT, mas esta participação política, especialmente do proletariado é sempre mantida de algum modo sob controle, seja através dos sindicatos "pelegos" ou por outros instrumentos (imposto sindical criado e controlado pelo governo, por exemplo).

De qualquer modo este tipo de política visa um rompimento com a sociedade tradicional e os setores externos, acelerando a expansão dos setores nacionais de indústria e de serviços.

É importante se notar que não há nesta época uma real elevação das condições de vida das classes operárias (na prática o salário mínimo ficava sempre abaixo dos índices do custo de vida real), mas objetivamente se lidava com a classe operária apresentando-lhe perspectivas de elevação social. Assim, pelo próprio despreparo político da classe — proveniente em grande parte do campo e sem tradição política (migrações internas, principalmente depois de 1945) — e pelo modo como era conduzida a política de massas, cria-se o que O. Ianni



(1978) chama de "consciência de mobilidade". Daí o proletariado organizar-se em termos de "consciência de massa" e não de "consciência de classe".

Mesmo as esquerdas brasileiras, segundo Ianni, não foram capazes de aprofundar as divisões políticas como caminho para o socialismo no País. Na verdade, elas nunca chegaram a alcançar significativamente o proletariado. Viram no projeto nacional desenvolvimentista uma etapa tática importante e lhe deram apoio; assim as esquerdas acabaram envolvendo-se na política de massas e não tiveram condições de superá-la desenvolvendo uma política de classes.

Portanto, com Getúlio inicia-se o populismo; a urbanização e industrialização se acentuam e as massas populares passam a ter maior destaque político, embora desempenhem papéis ainda secundários em relação aos outros segmentos sociais. É uma etapa de transformações econômico-sociais e políticas no Brasil, envolvendo não só os setores industriais e urbanos, mas também (ainda que menos fortemente) o setor agrário.

Afirma O. Ianni (1978, p.63) que "a política de massas funcionou como uma técnica de organização, controle e utilização da força política das classes salarizadas, particularmente o proletariado".

É também neste contexto que se criam os partidos nacionais (Constituição de 46), embora eles continuem funcionando em termos de interesses regionais. (Devemos lembrar que as oligarquias não morreram em 30, apenas mudaram seu modo de agir). Mas observa ainda o autor que, se analisarmos as coligações partidárias de 45 em diante, veremos que programas nunca foram impecilho intransponível para associação e que, para as massas populares, foram os líderes que contaram, muito mais do que o partido ou programa político a que estavam vinculados.

Durante todo o período Getulista se delineavam dois possíveis caminhos para o desenvolvimento brasileiro: um de maior independência, com características nacionalistas; e outro de associação com o capital internacional. Porém não se pode identificar, de modo simplista, o primeiro exclusivamente com assalariados, estudantes e esquerdistas, e relacionar o segundo com a burguesia; havia, é claro, setores burgueses envolvidos também no projeto nacionalista. Esses acreditavam que o Brasil poderia se transformar numa potência líder do Terceiro Mundo e por isso aceitavam a colaboração das esquerdas com a sua luta antiimperialista, nacionalista e democrática. Esses grupos "reconhecem que o projeto de desenvolvimento econômico nacional, associado a uma política externa independente (..) não pode realizar-se a não ser com aprofundamento das rupturas estruturais internas e externas. Mas (...) só admitem os rompimentos parciais, isto é, propriamente reformistas." (Iannia, 1978, p. 119).

Este grande período Getulista (que a rigor compreendeu diferentes fases : 30-37; 37-45; e depois 50-54) mostrou também na área educacional algumas tendências que acentuam ou diferem das etapas anteriores. Assim, se inicial-

mente desenvolveu-se o movimento renovador da escola nova, com a tendência tecnicista qualitativa e de otimismo pedagógico, durante o Estado Novo só se manterão os profissionais que se afinarem com o novo regime. Não se extingue a tendência técnica, mas de algum modo a ela se incorpora a idéia da relação educação-sociedade, ou seja, ainda que pretendam uma “aparência de neutralidade”, os educadores que atuam oficialmente neste período têm de agir em coerência com a política do Estado Novo. Como estratégias educacionais básicas estão, pois, a democratização do ensino (ampliação da rede primária pública) e capacitação de mão de obra, aliados à educação cívica — instrumentos ideológicos do novo regime. Como lembra Vanilda Paiva, (1973, p.132) “o ensino pré-vocacional e profissional era ‘destinado às classes menos favorecidas’ e considerado como ‘o primeiro dever do Estado’ a ser cumprido com a colaboração das indústrias e sindicatos econômicos.” Ora, essa posição ajusta-se claramente à política de massas a que nos referimos, uma vez que sugere a elevação social por meio da educação, “segurando” possíveis descontentamentos.

Assim, já não podemos mais falar numa posição tecnicista neutra dos profissionais da educação. O próprio governo, ao exigir definições políticas dos educadores, chamava atenção para a vinculação da educação com a sociedade global e então acaba promovendo o “realismo em educação” — uma nova tendência pedagógica (Paiva, 1973). Devemos notar, contudo, que ao realizarem esta interpretação mais ampla do papel da educação, os profissionais da área o fazem reforçando sua função conservadora, ou seja, da escola como mantenedora do “status quo”.

Deste período é a Reforma Capanema (1942) que se referia ao ensino secundário e técnico, articulando os vários ramos do ensino médio e também concebendo um ensino secundário feminino (o que na verdade representava um retrocesso depois das conquistas de co-educação dos sexos). Com relação à educação feminina, na reforma Capanema sugere-se que as mulheres estudem em “classes especiais”, apoiando-se a argumentação na “natureza da personalidade feminina”, na “missão da mulher no lar”. (Saffioti, 1979. p.226).

A reforma Capanema apresenta também várias indicações do autoritarismo do Estado Novo, pela ênfase na educação moral e cívica, pela distinção entre o trabalho intelectual (destinado às elites “condutoras”) e o trabalho manual (para as classes menos favorecidas).<sup>a</sup> (Ribeiro, 1979)<sup>b</sup>

<sup>a</sup> Com referência à educação secundária feminina neste período podemos registrar que ela praticamente se restringia às escolas normais que até 1939 estas escolas estavam desarticuladas do sistema, ou seja, só nesta data é que passa a escola normal e dar acesso às faculdades de filosofia e apenas em 1953 há completa equivalência em relação aos demais cursos secundários e assegurada matrícula nos cursos superiores.

<sup>b</sup> Note-se que esta distinção é uma das características marcantes da educação brasileira, com raízes no início da organização escolar jesuítica: índios e negros e mestiços — trabalho manual; descendentes dos colonizadores — educação intelectual.

À morte de Getúlio e ao conturbado período que daí advém, segue-se o governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960), período em que é feita uma estranha combinação entre a política econômica de internacionalização (ligação com o capital estrangeiro), desejada pelos setores dominantes da época, e a manutenção da política de massas.

Foram concebidas vantagens para atrair o capital estrangeiro (governo de Café Filho e mantido por Juscelino). O objetivo industrial desta fase é o de substituição dos bens de consumo duráveis; como essas são indústrias de grande porte e que exigem grandes investimentos, implicam na entrada no País de grandes empresas internacionais, que têm tendência "a dominar o panorama econômico, absorvendo ou colocando em sua órbita boa parte das empresas nacionais". (Saviani, 1982, p.141).

O Brasil vive então durante o período JK uma contradição entre a ideologia política nacionalista e a tendência econômica internacionalista.

Nesta fase, com o País já industrializado, vão se aclarar as diferenças políticas "combinadas" no período Getulista, ou seja, a industrialização como etapa tática (para as esquerdas e para o proletariado), ou como um fim (para a burguesia). Para as esquerdas e as camadas populares é o momento de novas bandeiras de luta, no sentido de aprofundamento de suas conquistas: fundamentalmente propõem as reformas de base, o controle da remessa de lucros, a nacionalização das empresas estrangeiras — em síntese uma nacionalização da econômica. Oposta a isso fica a burguesia nacional — que se identifica com a burguesia internacional — objetivando ajustar a ideologia política ao modelo econômico vigente, ou seja, de internacionalização, uma política de interdependência. As camadas médias, bem trabalhadas com a ameaça do comunismo e busca de segurança, estarão ao lado da burguesia.

Como salienta Gramsci (1976), as relações internacionais seguem as relações sociais fundamentais, assim, alterações na conjunção de forças internas e em combinações partidárias nacionais se refletem nas relações internacionais.

No Brasil, neste período, a tradicional aliança PTB-PSD é rompida e esboça-se a nova associação UDN-PSD. Enquanto o PTB (que congregava a classe operária) vai se encaminhando para a esquerda, o PSD (que congregava os empresários nacionais, funcionários públicos e proprietários de terra) vai se unir e UDN (que reunia a alta burguesia nacional mais ligada aos setores externos e as classes médias urbanas) e se encaminhar mais para a direita. Essas alterações internas refletem-se nas relações externas, a burguesia nacional se associa à burguesia internacional em oposição às camadas populares.

É essa nova correlação de forças que vai aparecer na eleição de Janio Quadros para presidente (candidato da UDN — pela primeira vez vitoriosa por via eleitoral — e apoiado pelo PSD), com João Goulart (PTB) como vice-presidente.

A burguesia acreditava estar então com esta vitória, assegurado o ajustamento da ideologia política ao modelo econômico internacionalista, mas Janio mostrou-se por demais independente e deu indicações que pretendia fazer o oposto, ou seja, nacionalização e autonomia nas relações exteriores.

Janio renuncia e a posse de Jango (evitada o mais possível pela UDN) representa uma ameaça de aproximação com as tendências nacionalistas e populares. Nota Saviano (1982, p. 142-3) que, nesta época, pelo tipo de interesses em jogo, "nacionalismo se tornara sinônimo de esquerdismo, ou, para alguns setores, comunismo". Lembra também que Jango se "convertera na própria personificação da contradição que agitava o País", pois ele era membro das classes dominantes, mas fizera toda sua vida política ligado às massas, estava comprometido com elas e, por consequência, com a ideologia nacionalista.

Por todo um largo período foram se esboçando duas possibilidades para o Brasil: "um modelo socialista" ou um "modelo internacionalista". (Ianni, 1978, p.122). No período de Jango (1961-64) apareciam claramente e se contrapunham estas duas possibilidades e o próprio presidente hesitava entre elas. Ou eram aprofundadas as rupturas estruturais (onde as reformas de base poderiam ser o caminho), ou havia um ajustamento completo ao modelo internacionalista.

Há um jogo de pressões muito forte e em 64 Jango é deposto, ocorrendo então a segunda opção, ou seja, colocando-se em prática a ideologia de interdependência, portanto, ajustando-se a ideologia ao modelo econômico vigente. Essa ideologia, configurada também como da "segurança nacional", que já vinha sendo elaborada há mais tempo (década de 50 — na Escola Superior de Guerra), entende o Brasil como inserido no bloco ocidental cristão, sob liderança dos Estados Unidos, com papel de defender esta civilização. Sendo o mundo dividido em blocos (o oponente seria o bloco oriental), é impossível, conseqüentemente um país manter-se numa posição de neutralidade e autonomia. Daí a idéia de que se o líder (Estados Unidos, no ocidente), está forte, isto é positivo para todo o bloco, como também o desenvolvimento de um membro do bloco (Brasil) fortalece-o todo. Estas idéias justificam a interdependência econômica e política. Como um corolário, alia-se a preocupação com a infiltração interna dos elementos subversivos ligados ao bloco oriental — por isso o cuidado de vigiá-los dentro do próprio país e "preservar as instituições, a ordem, a tradição."

Ocorreu assim, como observamos, uma alteração política (1964) e a manutenção de modelo econômico. A ruptura política foi necessária para a continuidade sócio-econômica.

O governo militar que se instala em 64 vai se caracterizar pelo autoritarismo e, concretizando a aliança com a burguesia industrial, acentuará o capitalismo no País.

Saviani faz uma análise do atual contexto brasileiro onde podemos identificar algumas mudanças conjunturais desde 64. (Saviani, 1982).

Desta análise percebemos que a aliança burguesia industrial-governo militar sofreu alguns abalos. Assim, inicialmente civis, "técnicos de alto nível", foram levados a assessorar os militares nos projetos de desenvolvimento, mas tinham os empresários as principais iniciativas econômicas em suas mãos; aos poucos, no entanto, o "Estado passou a desenvolver funções econômicas diretas". (Saviani, 1982, p.197). Ou seja, o governo militar cada vez mais passou a planejar a economia, organizar e criar novas empresas estatais, ao invés de apenas manter a segurança e a ordem e deixar os empresários com autonomia. Agora esses já não detêm as decisões e, ao passarem para um segundo plano, dão mostras de apoiar a sociedade em geral para uma maior participação política. Buscam na verdade estratégias para retomarem sua posição principal.

Mas se tais fatos revelam "arranhões na aliança entre a tecnoburocracia militar e civil e a burguesia industrial", são na verdade fatos conjunturais, e, portanto, podem modificar-se a curto ou médio prazo. Numa análise dos movimentos orgânicos, ou a nível estrutural, como diz Saviani, o contexto econômico mostra "a radicalização do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil" (Saviani, 1982, p.195). O País torna-se cada vez mais industrial e urbano, acentuando as características que já apontamos desde 1930; o processo de produção e as relações sociais, tanto na cidade como no campo, revelam esta tendência.

Em conseqüência, acentuam-se também mais claramente as diferenças entre a burguesia e o proletariado. Há um fortalecimento da primeira e uma ampliação do proletariado. Esse tem agora maiores condições de organização, tanto pela sua concentração como por sua própria história. Associada a esta melhor organização do proletariado, há também maior movimentação da sociedade civil como um todo: estudantes, "associações profissionais, imprensa, igreja". Isso se dá dentro da conjuntura política da "abertura", que na verdade "redefine a composição do poder, garantindo ao regime autoritário um maior suporte, uma maior consistência, uma maior legitimação." (Saviani, 1982, p. 201). O autoritarismo, no entanto, parece ser uma tendência estrutural, ou seja, seria orgânico nesta etapa da história brasileira. Daí ser mais permanente.

Como em outros momentos, os diferentes grupos envolvidos interpretam de modo diverso esta realidade. Para os grupos dominantes, a tendência é ver nos fatos conjunturais — "abertura", maior movimentação da sociedade civil, atritos entre burguesia e governo militar — episódios contornáveis, que não devem levar a transformações profundas na sociedade. Para os grupos dominados, a visão é oposta: estes fatos, que indicam uma crise conjuntural, demonstrariam as condições estruturais (fundamentais) e devem ser agudizados, portanto, para levar a mudanças profundas e criar uma nova estrutura.

Neste quadro insere-se a educação. Assim, como a educação está estreitamente vinculada ao contexto global da sociedade, ela vai refletir, pois, a estrutura econômica, as condições políticas e sociais e vai também interferir nestas, acelerando ou retardando tendências.

Portanto, ao analisar a ruptura de 64 como uma alteração política necessária para garantir a *manutenção* de um modelo econômico, Saviani (1982, p. 144) salienta que na educação também houve (como na economia) uma continuidade. Isso se explica por ser a educação um elemento superestrutural, que não chega a se alterar por não ter havido uma modificação infra-estrutural.

Observando a legislação educacional desta época, vemos que (depois da reforma Capanema) aparecem destacadamente como orientadores da educação no País, a Lei de Diretrizes e Bases (1961) e, no período pós 64, as Leis 5540 (1988) e 5692 (1971). A análise destas três leis, uma anterior e as outras posteriores à ruptura política, pode evidenciar em que houve continuidade ou quais as eventuais mudanças.

Os objetivos proclamados são aparentemente os mesmos e inserem-se num ideal liberal, mas há uma tendência tecnicista nas leis mais recentes. (Saviani, 1982, p. 148). Esta é, na verdade, uma acentuação do tecnicismo que aparecera anteriormente, e é especialmente o resultado da atuação dos "tecnocratas da educação", surgidos nas últimas décadas. Deles são algumas das novas preocupações, como "produtividade", "custos", "resultado", "produto".

Diz Vanilda Paiva (1973, p. 35) que estes tecnocratas se interessam basicamente em saber "até que ponto a educação contribui para o crescimento econômico e de que forma é possível maximizar os rendimentos de inversão educativa. Este grupo compromete-se, politicamente, com a ordem vigente: interessa-lhes saber de que modo podemos fazer do sistema ou dos movimentos educacionais instrumentos eficazes de modernização, de funcionamento adequado das estruturas socio-econômicas vigentes e de fortalecimento dos grupos políticos dominantes."

Assim, portanto, a educação se ajusta à ordem política-econômica-social, reforçando a ideologia e o modo de produção vigente, no caso, de interdependência política e econômica e de individualismo.

Como no Estado Novo (Escola Nova), atualmente também se salienta o caráter técnico da educação, tentando dar a esta uma aparência *apolítica*. Mas naquele momento, como agora, isso acaba sendo útil é manutenção dos interesses dos grupos dominantes. Quanto mais técnica, maior ênfase no "como", nos recursos (agora os meios de comunicação de massa, a teleeducação, as máquinas de ensinar e os materiais programados), e menos espaço para a reflexão sobre os caminhos desta educação. O aluno "programado" atinge os resultados *já previstos*, e, conseqüentemente, não questiona nem a escola, nem a sociedade,

Como antes, o próprio Estado vai usar a educação (e seus profissionais) como meio de difundir a ideologia dominante.

Vanilda Paiva, ao caracterizar este grupo de tecnocratas da educação dentro do "realismo em educação", o faz não porque eles estejam preocupados com problemas políticos (como ampliação de bases eleitorais pela alfabetização, típica de outra época), mas sim por uma vinculação mais indireta com o problema, "na medida em que omiti-lo" (o aspecto político da educação) "é aceitar que a eficiência do sistema deve beneficiar a ordem vigente e encaminhar o País para a modernização." (1973, p. 45).

Contudo, acreditamos perceber já algumas modificações nessa tendência. Os fatos conjunturais citados anteriormente, especialmente a maior movimentação da sociedade civil, parecem estar favorecendo a emergência de novos grupos de profissionais na educação. Talvez fosse mais adequado colocar que estudantes e professores, enquanto reivindicam maior participação nas decisões políticas, estão também automaticamente questionando a estrutura política-econômica e social do País. Isso se reflete na própria prática educativa. Parece se esboçar uma queda da hegemonia técnica e psicológica na concepção da educação e uma ascendência das áreas sociais: história, sociologia, filosofia da educação. A integração destas áreas, ou seja, a consideração da educação inserida na globalidade social e com ela comprometida, pode vir a significar uma atuação mais crítica por parte dos profissionais. Essa posição crítica vem sendo exigida pelos alunos e, coerentes com a própria evolução dos movimentos associativos, paralisações e greves, professores de 1º, 2º e 3º graus tendem a rever sua prática educacional.

Posições ingênuas com referência à educação ainda existem, evidentemente, mas são cada vez mais desmascaradas. Torna-se, pois, mais ampla a aceitação de que "educação é um ato político".

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. DE DECCA, E. *1930 - O silêncio dos vencidos*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
2. FAUSTO, B. *A Revolução de 1930; historiografia e história*. 7.ed. São Paulo, Brasiliense, 1981.
3. \_\_\_\_\_. *Trabalho urbano e conflito social*. Rio de Janeiro, Difel, 1977.
4. GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.
5. IANNI, O. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
6. PAIVA, V. *Educação popular e educação de adultos; contribuições à história da educação brasileira*. São Paulo, Loyola, 1973.
7. RIBEIRO, M.L. *História da educação brasileira; a organização escolar*. 2. ed. São Paulo, Cortez & Moraes, 1979.

8. SAFFIOTI, H. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis, Vozes, 1979.
9. SAVIANI, D. Análise crítica da organização escolar brasileira através das leis 5540/68 e 5692/71. In: \_\_\_\_ *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo, Cortez. Autores Associados, 1982.
10. SAVIANI, D. A orientação educacional no atual contexto brasileiro. In: \_\_\_\_ *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1982.
11. VIOTTI, E. *Da Monarquia à República; momentos decisivos*. São Paulo, Livr. Ed. Ciências Humanas, 1979.

### ABSTRACT

The work analyses the evolution of Brazilian education, since Portuguese's arrival till actuality. The analysis understands education as a superstructural element that is, attached to the economical basis of society. So, it is described, in a synthetical way, the different phases of the social and economics formation of Brazil and the characterists presented by education, emphacizing its attachment with the whole society and interpreting the political function that it assumed.

It's intended to compose a synthesis that can serve as referential basis to historical studies, as well to a more critical ation of the contemporary educators.

(Recebido para publicação em 17.08.82).